

Fantasma do STF

CAROLINA BRIGIDO

O ano de 2011 consolidou a tendência do Supremo Tribunal Federal para o empate. Com a falta de um dos onze ministros desde agosto, esse fantasma assombra a Corte. Em novembro, deu cinco a cinco o julgamento sobre a aplicação da Lei da Ficha Limpa para o caso Jader Barbalho. Um mês depois, o presidente Cezar Peluso desistiu de esperar por uma composição completa e usou, pela primeira vez, um dispositivo criado pelos próprios ministros em 2010: o voto duplo do presidente para sair do impasse. Àquela época, o medo do placar cravado em cinco a cinco já ameaçava a paz no tribunal. E com razão. Meses depois, houve empate na primeira tentativa de analisar a aplicação da Ficha Limpa.

A verdade é que o Supremo ainda dividido. Se falta um ministro, ou se tem uma cadeira vaga, o risco de empate é grande. Em agosto deste ano, a ausência de Joaquim Barbosa, que estava de licença médica, provocou empate no julgamento que definiria se empresas exportadoras continuariam recolhendo a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre seus lucros. Eventual derrota da União pode representar prejuízo de R\$ 30 bilhões ao Erário. A questão ainda está em aberto.

Dez anos atrás, não era assim. O placar mais comum era o 10 a 1. Ao fim dos julgamentos, era ouvida a frase indefectível: "Vencido o ministro Marco Aurélio." Em setembro de 2001, o plenário do tribunal aprovou os valores de salários mínimos regionais criados pelo governo do Rio para 39 categorias. Só Marco Aurélio Mello, que presidia o colegiado, votou contra. Em outubro do ano seguinte, novamente Marco Aurélio ficou vencido. O STF autorizou que as sessões de julgamento do Tribunal de Justiça do Rio fossem secretas. Sepúlveda Pertence foi o único a acompanhá-lo.

Conhecido pelos colegas de outrora como "do contra", o ministro, dono de uma cadeira no plenário há 21 anos, já não pode se vangloriar de ser minoria. Em novembro de 2002, em entrevista ao GLOBO, ele declarou, profético: "Minha sina é estar com as minorias. Oxalá a minoria de ontem e a minoria de hoje sejam, numa alternância salutar, a maioria de amanhã."

Dez anos depois, não foi Marco Aurélio que mudou, mas o perfil da Corte. O tribunal de ontem, menos ousado, que nunca tinha condenado ninguém em ação penal, foi substituído por um mais progressista. Talvez a Corte do passado não teria dado aos homossexuais o direito à união estável. Ou, à sociedade, a garantia de protestar pela liberação do uso de drogas. Os dois temas foram julgados em 2011.

As mudanças no STF ficaram mais nítidas a partir das primeiras nomeações de Luiz Inácio Lula da Silva. De uma só vez, ele escolheu três perfis diferentes para os padrões da época: Carlos Ayres Britto e Joaquim Barbosa, mais alinhados com as repercussões das decisões na sociedade, e Cezar Peluso, magistrado de profundo conhecimento técnico. Em oito anos, Lula nomeou oito ministros.

Aos poucos, o tribunal foi povoado de perfis díspares o suficiente a ponto de ser complicado para os ministros, nos bastidores, arrebatar o apoio dos colegas em prol de uma causa. Mesmo porque não são todos que gostam desse tipo de conversa antes do julgamento. O fator surpresa tem preponderado.

A composição do tribunal está completa desde o dia 19, com a posse de Rosa Weber. Mas o fantasma do empate ainda vai assombrar. Afinal, nas sessões do plenário, é frequente faltar um ministro.

CAROLINA BRIGIDO é jornalista.

O GLOBO NA INTERNET
OPINIÃO Leia mais artigos
oglobo.com.br/opiniao

VERISSIMO

Marés

Quando a maré sobe, ergue todos os barcos, dizem os neoliberais para defender uma economia que privilegia poucos mas beneficia muitos. Quando o mercado funciona e as coisas melhoram, tanto sobe o caiaque do pobre quanto o iate do rico. Mas há dias li outra analogia aquática, uma que se aplica perfeitamente ao momento: quando a maré baixa se descobre quem estava tomando banho nu. É o que acontece na atual crise do sistema financeiro, que está revelando a nudez de instituições respeitáveis que ninguém imaginaria estarem na água peladas.

As duas analogias são falhas. O barquinho do pobre sobe junto com o iate do rico mas continua sendo um barquinho, à deriva, sem nenhum controle sobre as águas em que boia. E a nudez revelada pela vazão das águas não expõe o banhista a nenhum tipo de vexame —

os governos têm se apressado a tapar suas vergonhas. Nenhum banco — fora as baixas no começo da crise, como a do Lehman Brothers — pagou por estar na água sem calção. Ao contrário, o Goldman Sachs lucrou como nunca na sua história, este ano. (O Goldman Sachs, todos lembram, foi o banco que aconselhou a Grécia no começo da crise e ao mesmo tempo apostou secretamente no fracasso do seu próprio plano).

Nenhum grande banco internacional precisa de maré alta para se manter no topo, boiam no ar. Nenhum deixou de ser respeitável — ao menos entre eles e pelos governos — por ter sido flagrado nu. Quer dizer: os bancos internacionais estão desmoralizando todas as analogias.

■■■■■

INDIGNAÇÃO

Só para ser coerente: minha escolha para melhor filme de 2011 é "Trabalho in-

terno", documentário sobre as falcaturas privadas e a cumplicidade oficial que deram na crise do mercado financeiro que continua até agora, nos Estados Unidos e no resto do mundo, e justifica a indignação que deu no movimento Ocupar Wall Street e em manifestações na Europa, que também continuam.

■■■■■

IMPERDÍVEL

Leitura para o fim do ano: "O espetáculo mais triste da terra", livro-reportagem do Mauro Ventura. Terrível e imperdível.

■■■■■

ÂNIMO

No mais, pensamentos simples, champagne gelada e companhia quente. E fé em 2012, pois anos pares são sempre melhores do que anos ímpares, uma estatística histórica que eu acabei de inventar para nos animar.

TEMA EM DEBATE: Energia na Amazônia

Esqueceram do custo socioambiental

ANDRÉ VILLAS-BÔAS e MARCELO SALAZAR

A mais polêmica obra do PAC, a Hidrelétrica de Belo Monte, é parte de um projeto antigo do governo brasileiro, cujas modificações ao longo dos anos geram desinformação. A iniciativa do grupo de artistas que compõe o movimento gota d'água surge no momento em que o início da construção da obra suscita questionamentos. O vídeo dos artistas está provocando um debate amplo e necessário sobre a política energética do país.

Belo Monte é tida como a terceira maior usina hidrelétrica do mundo. No entanto, a energia firme de Belo Monte é de 4.571MW dos 11.233MW instalados. Sua eficiência energética é de aproximadamente 39% enquanto a média brasileira está entre 50% e 60%. Isso ocorre porque é necessário, ao desviar a água do Xingu para um lago artificial, garantir a manutenção de uma vazão mínima

para os cerca de cem quilômetros da região da Volta Grande do Xingu, onde vivem índios e ribeirinhos que, apesar de não terem suas áreas alagadas, serão afetados.

O valor total da obra é incerto. De acordo com Norte Energia será de 27,46 bilhões de reais, porém já foram feitas estimativas muito diferentes disso. Historicamente grandes obras na Amazônia custam até duas vezes mais do que o anunciado inicialmente.

O tamanho da área alagada, de acordo com o edital do leilão de Belo Monte, é de 668km², mas em 2009 registravam-se 440km² e em 2010, 516km². A destruição da floresta associada à Belo Monte, entretanto, será muito maior do que a área do lago, podendo chegar, nos próximos 20 anos, a 5.316km².

Uma hidrelétrica é, geralmente, considerada geradora de "energia limpa". Porém, os impactos socioambientais diretos e indiretos da construção de uma usina da magnitude de Belo Monte na Ama-

zônia geram consequências que vão além da emissão de gases causadores de efeito estufa e das áreas afetadas diretamente com as construções. Deslocamento de milhares de pessoas, desmatamentos, acirramento de conflitos de terra em função da atração de pelo menos 96 mil pessoas para uma região com situação fundiária instável e sem infraestrutura.

Todos esses impactos poderiam ser previstos, compensados ou mitigados, caso os estudos tivessem sido feitos prévia e conclusivamente, e o processo de licenciamento previsto por lei respeitado. O tratamento da obra na lógica de fato consumado, sob o fantasma do apagão, fez com que direitos constitucionais dos diversos povos não fossem respeitados e investimentos preventivos não fossem realizados. O Estado se vê na contingência de remendar ações mitigatórias cuja conta não é agregada ao valor real da obra.

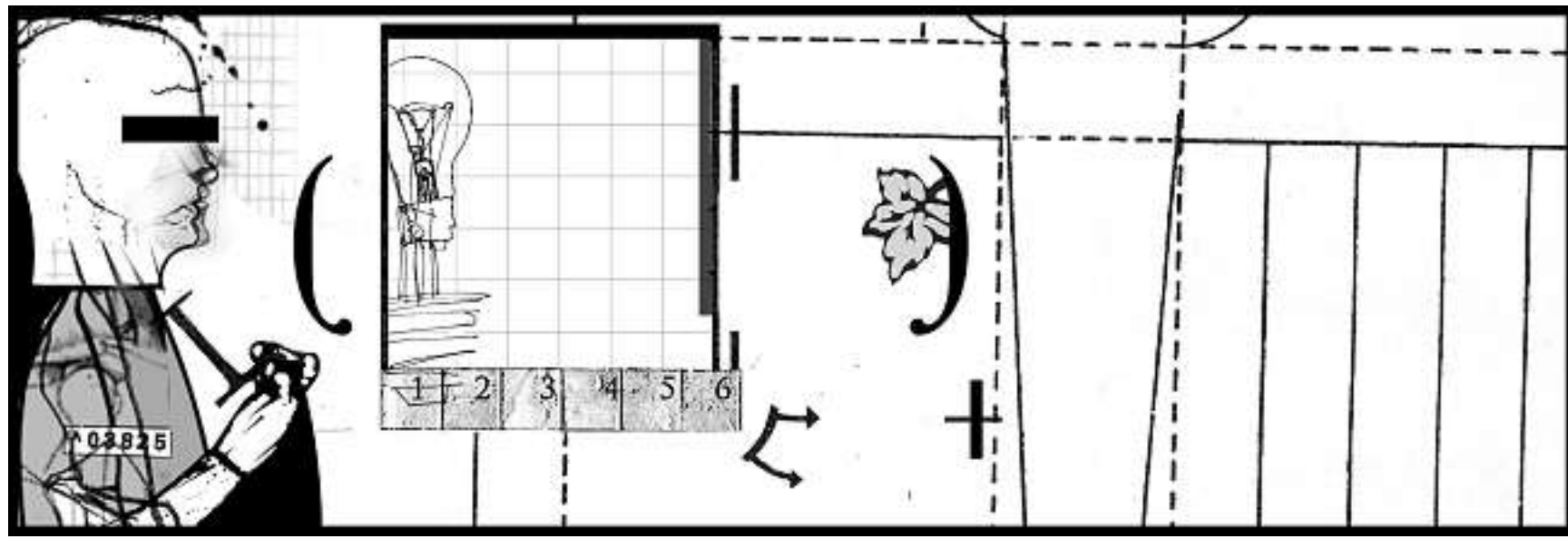
O Brasil deveria investir na di-

minuição da perda gerada nas linhas de transmissão, estimada atualmente em 20%, quantidade correspondente à geração de Belo Monte por ano e em outras fontes. A geração de eletricidade por biomassa tem potencial de 28 mil MW e o potencial eólico é de 143 mil MW. Com a média anual de radiação no Brasil entre 1.742 e 2.300 KWh/m², apenas 5% da energia atenderia toda a demanda brasileira atual por eletricidade. O Brasil deve ainda considerar no planejamento energético a construção de hidrelétricas, porém de forma seletiva e considerando os custos socioambientais associados.

Falta vontade política para fazer investimentos em energias alternativas de forma a torná-las viáveis em curto prazo e para discutir de fato a política energética do país.

ANDRÉ VILLAS-BÔAS e MARCELO SALAZAR são integrantes do Instituto Socioambiental.

Cavalcante



Uma boa discussão

CARLOS R. A. NASCIMENTO

A geração de energia no Brasil jamais foi debatida com tamanha intensidade e paixão. A construção da Hidrelétrica Belo Monte tem sido motivo de embates acalorados envolvendo especialistas, estudantes e leigos. Isso contribui para disseminar a importância da hidroeletricidade como matéria-prima indispensável para o desenvolvimento do país e a consequente geração de emprego e renda para os brasileiros, especialmente aqueles da região do Xingu e do estado do Pará.

O Brasil tem pela frente o desafio de, anualmente, incorporar mais 5 mil megawatts ao Sistema Interligado Nacional, de modo a garantir energia a um país cuja expansão da economia tem superado a de nações como Estados Unidos, Alemanha e Japão. E, em que pese a divergência de opiniões acerca da cons-

trução de Belo Monte, é indiscutível que a energia hidrelétrica é a mais segura, confiável, limpa, renovável, além de mais viável economicamente. Principalmente em um país como o nosso, que detém o maior potencial hídrico do mundo, mas que explora apenas 30% dessa capacidade.

Conhecer mais a fundo o projeto de Belo Monte é o primeiro passo para um debate saudável. Não há mais espaço para discursos vazios e informações equivocadas. Os jovens brasileiros, principalmente os universitários, mostraram que a sociedade está "ligada" e pronta para fazer um debate sério quando confrontada.

Belo Monte terá um reservatório de 503km², sendo que 228km² são a própria calha do rio. E parte do restante já não é a mítica floresta virgem, mas sim área de criação de gado e de agricultura. A ideia de um reservatório gigante que iria atingir

terras indígenas já está ultrapassada: a área total alagada é, hoje, pouco mais de 1/3 do previsto na década de 90, quando foi estimada em 1.225km².

Os alardeados efeitos sobre as terras indígenas e a ideia de que os índios serão expulsos de suas terras já não têm espaço. Nenhuma terra indígena será alagada por conta de Belo Monte. E mesmo aqueles que moram na região da Volta Grande do Xingu terão garantidas suas atividades habituais de pesca e navegação, uma vez que será mantido um hidrograma de vazões do rio com esse fim.

A maior parte da eletricidade gerada por Belo Monte (70%) já está vendida para 27 distribuidoras de todo o país. Energia que irá suprir a demanda de consumidores residenciais, comerciais e industriais. O preço fechado no leilão, de R\$ 77,97/MWh, é um dos mais baixos praticados, o que contribui para a

modicidade tarifária.

A região do Xingu já vem mudando, e para melhor. Isso já é percebido em Altamira e nos demais 10 municípios da região, por meio de investimentos na área social e ambiental: construção e reforma de escolas, unidades de saúde, saneamento básico, segurança pública, além da geração de milhares de empregos para moradores locais, que já representam 67% dos empregados nas obras de Belo Monte, dos quais 15% são mulheres.

Nossa matriz tem mais de 86% de energia gerada por fontes limpas e renováveis, contra apenas 19% do restante do mundo e de 17% dos países desenvolvidos. Isso, ao lado de sermos hoje a sétima maior economia do mundo, começa a incomodar muita gente!

CARLOS R. A. NASCIMENTO é diretor-presidente da Norte Energia, responsável pela Hidrelétrica de Belo Monte.